

RAPHAEL GIRARD: *História de las Civilizaciones Antigas de America Desde Sus Origenes*. Mexico, Hyspamérica Ediciones y Editora Mexicanos Unidos, Segunda Edición, 1978. 2469 p., 3 Tomos, 15 Mapas, 853 ilustrações, bibliografia e índice onomástico.

Esta gigantesca obra, já em 2ª edição, ao historiar as civilizações antigas da América desde suas origens, traz uma sensação de desafogo a todos os antropólogos, que se reúnem periodicamente, a cada três anos, para dar conta de seu apaixonado espírito de pesquisa americanista.

Há um ponto altamente significativo na introdução de Raphael Girard (Tomo I), quando declara, lealmente, que ainda não se chegou a uma visão geral da Pré-história americana, que corre o risco de ser irrecuperável.

Ao citar Max Uhle — que também concorda com o difícil esclarecimento global que compreende toda a história do continente — Girard afirma que “a história das civilizações do novo mundo tem sido escrita só por arqueólogos, que, entretanto, reconhecem ‘la deficiencia y las leimitaciones de su método’”.

Assim faz-se a distribuição de assuntos nesta substanciosa obra: Tomo I — As origens (História cultural dos maya-quichés; a cultura primitiva dos colifornianos, urús e fueguinos; a agricultura americana começa na área maya com o cultivo de “la yuca”, etc.). Tomo II — As Culturas médias (a história da área tarasca; a cultura maya-pré-clássica; as culturas médias da América Central, os tahuiras, zambos e caribes, a etnografia hicaque, os subtiabasmos talamancas, os cunas, além de dois importantes capítulos sobre a demografia pré-hispânica da América Central). As esculturas, as inscrições rupestres, os petroglifos, a arquitetura, as obras públicas, o sistema de enterro, merecem atenção em capítulos especiais referentes à Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

Seguem-se as culturas médias da América do Sul, incluindo as Antilhas-Aruaques e Caribes, seguindo-se as culturas amazônicas; a etnografia andina, a cultura chibcha, os colorados, os aymara, encerrando com um bem documentado capítulo sobre o ciclo cerimonial.

A mitologia andina, as esculturas da Colômbia, a arqueologia do Equador, dos Andes centrais, do Peru e do litoral do Pacífico, merecem capítulos no Tomo III, seguindo-se as conclusões sobre o *formativo americano*, com um caráter abrangente, porque se estende desde o sudeste da América do Norte até o noroeste da Argentina, o norte do Chile, parte de Venezuela, das Guianas, do Amazonas, até as Antilhas. Assinala o Autor a distribuição contínua, como um dos fatores que permitem estabelecer relações históricas.

Girard termina seu livro com considerações filosóficas e morais, mostrando que no curso da reconstrução de seu passado, descobriam-se a alma e a história do

homem americano e os condicionamentos epistemológicos de seu pensamento, citando a frase de Miguel Angel Astúrias — “Un pueblo que no ama su pasado es un pueblo sin consciencia, sin sentido...”.

Cabe-nos assinalar que a obra, de leitura obrigatória para os cultores da ciência americanista, é enriquecida por bibliografia, índice onomástico, mais de 583 ilustrações, 791 fotografias e 15 mapas.

Maria Júlia Pourchet

*

OCTAVIO IANNI: *Escravidão e Racismo*. São Paulo, Editora HUCITE, 1978. 142 p.

Octavio Ianni, neste livro, retoma questões que, por vezes, foram objeto de estudo em outras obras, para a compreensão das relações entre escravidão, racismo e capitalismo. Não pretende ter realizado uma discussão completa dessas questões, mas faz uma exploração breve dessa problemática, com o intuito de propor ou recolocar temas de interesse para discussões e pesquisas.

Cinco ensaios compõem este livro, dividido em duas partes, que apesar de autônomas, estão reciprocamente referidas quanto ao tema central.

No primeiro ensaio, o autor preocupa-se em mostrar como o capitalismo cria e, em seguida, destrói a escravidão. Analisa a maneira pela qual o processo de acumulação primitiva, que envolveu intensa acumulação e concentração do capital, estava criando algumas condições histórico-estruturais básicas para a formação do capitalismo industrial na Europa, apoiado na ampliação e intensificação do comércio internacional nos quadros do mercantilismo. As relações econômicas, segundo as exigências do mercantilismo (monopólio colonial), foram a base sobre a qual se formaram as sociedades coloniais. Em essência, foi o capital comercial que comandou a constituição e o desenvolvimento das formações sociais, baseadas no trabalho compulsório, em especial, do escravo, nas colônias européias. O capital comercial absorvia quantidades crescentes de mercadorias e, para que estas fossem produzidas nas colônias no Novo Mundo, era necessário atar o trabalhador a outros meios de produção. Estes não poderia ser assalariado porque a disponibilidade de terras devolutas permitiria que se evadisse, transformando-se em produtor autônomo. Assim, o funcionamento e a expansão do capitalismo mercantil, criou, manteve e desenvolveu o paradoxo representado pela coexistência e interdependência do trabalho escravo e trabalho livre, no âmbito do mercantilismo. Esse paradoxo, porém, segundo o autor, não seria sustentável se se apoiasse apenas na acumulação primitiva, no comércio de mercadorias ou no monopólio colonial. Por mais decisivas que tenham sido as relações comerciais externas, a referida contradição somente